

CATÓLICOS, OPERÁRIOS E SINDICATOS

MARIA INÁCIA REZOLA *

O presente trabalho surge no âmbito de uma investigação mais ampla em curso em que pretendemos estudar o posicionamento da Igreja Católica Portuguesa face à Questão Social/Corporativa nos anos 30 e 40.

Nele iremos abordar de forma muito sumária duas questões essenciais: por um lado a emergência do sindicalismo católico e de expressões de «catolicismo social» no Portugal do início dos anos 30, e por outro, o relacionamento dos «católicos sociais» com o emergente Estado Novo Corporativo.

Por «católicos sociais» entendemos aquele grupo de homens da Igreja, leigos ou consagrados, em cuja acção e pensamento a questão social é central. O nosso estudo centra-se pois sobre a reflexão quer de leigos quer de sacerdotes que sentiam de forma profunda os ensinamentos das Encíclicas Sociais referentes à «questão operária» e viam a premência da sua concretização prática. Como iremos verificar trata-se de um grupo de pessoas intimamente relacionadas com o mundo do trabalho, quer por dele provirem, quer porque a ele dedicaram grande parte da sua vida. Apesar de figuras como a do Pe. Boaventura Alves de Almeida e do Pe. Abel Varzim se destacarem neste movimento, nele têm também enorme importância o pensamento e a acção dos operários católicos que anseiam pela instauração de uma nova ordem social. De facto, sobretudo a partir da criação dos movimentos operários da Acção Católica Portuguesa (Liga Operária

* Mestrado de História do Século XX da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Católica e Juventude Operária Católica) será em torno destes organismos que se congregarão os principais «ideólogos» do catolicismo social e será a partir deles que esta corrente do catolicismo se difundirá.

O ponto de partida deste trabalho é uma hipótese cronológica que procura definir as diferentes fases na relação entre os «católicos sociais» e o Estado Novo Corporativo ao longo dos anos 30, 40 e 50. A nosso ver existem 3 fases essenciais nesta evolução. A primeira, que cronologicamente corresponde ao início dos anos 30, é um período de transição quer a nível político quer religioso. Paralelamente à crescente afirmação da posição de Salazar no aparelho de Estado assistimos à emergência, no seio da Igreja Católica Portuguesa, de um núcleo de católicos com forte consciência social que se empenham na constituição de organizações operárias.

O segundo momento é o que abarca os anos de 1934 a 1943, período em que o corporativismo português tenta dar os seus primeiros passos. Do lado católico nota-se uma oscilação entre o optimismo e pessimismo face à evolução do corporativismo. O ano de 1938 marca a maior tensão entre os católicos sociais, encabeçados por Abel Varzim, e o Regime, tensão essa que é aliviada com a entrada de Abel Varzim para a Assembleia Nacional. Um acumular de desilusões e problemas conduzirá a um novo momento de «ruptura» no ano de 1943.

Abre-se então uma outra fase, a mais conturbada, que se estende até aos finais da década de 50. Nela assistimos a uma redefinição da estratégia do movimento operário católico e a uma sucessão de episódios de crescente tensão (como o encerramento do jornal *O Trabalhador* em 1948, a proibição da publicação das conclusões do Congresso dos Homens Católicos em 1950 ou ainda os incidentes ocorridos durante o I Congresso Nacional da JOC/JOCF em 1955). É ainda neste período que assistimos ao início das discussões no seio da Igreja em torno da questão da delimitação de esferas de intervenção impostas pelo Regime. Tratava-se de saber até que ponto a igreja deveria manter a sua intervenção no campo meramente religioso, assistencial e «social» ou se, pelo contrário, a deveria alargar e intervir no terreno político. Será a resposta dada a esta questão pela célebre «Carta do Bispo do Porto» que marca o fim desta evolução e inicia uma nova fase em que a contestação de determinados sectores da Igreja passa claramente para o campo político.

Neste pequeno trabalho iremos apenas ocupar-nos das duas primeiras fases referidas.

Católicos e sindicalismo no advento do Estado Novo. Os sindicatos católicos no início dos anos 30

Nos finais do séc. XIX encontramos o primeiro marco significativo da tentativa de criação em Portugal de um sindicalismo católico, ou pelo menos, da presença católica organizada no movimento operário português — os Círculos Católicos Operários. O seu programa doutrinário e organizativo girava em torno da resolução da questão social, numa perspectiva ainda marcadamente assistencial e paternalista ¹. A sua própria debilidade, traduzida na falta de base social, levará a que, com o advento da República, este incipiente movimento católico no terreno social se desmantele.

Teremos de esperar pelo início dos anos 30 para ver surgir as primeiras tentativas sérias de organização dos operários católicos em sindicatos próprios.

Estas experiências têm, antes de mais, de ser integradas num movimento mais amplo do catolicismo contemporâneo. Desde a publicação da Encíclica *Rerum Novarum* (1891) que eram claras as preocupações e as propostas da Igreja para a resolução da «questão operária». O apelo papal a que o operariado integre ou crie associações de classe orientadas pelos princípios da fé cristã começa a surtir os seus efeitos. O sindicalismo católico parece conhecer alguma expansão em países como a Bélgica e a Alemanha.

Por outro lado, a constituição dos primeiros sindicatos católicos em Portugal representa um recentrar do posicionamento de alguns sectores da Igreja portuguesa sobre a questão social e em particular sobre a questão operária. Será precisamente este aspecto que distingue as experiências sindicais católicas do início dos anos 30 dos Círculos Católicos Operários (CCO). Os CCO

«antepuseram sempre a apologética às reivindicações sociais. Os interesses eclesiásticos, a pretexto da defesa da liberdade religiosa, foram sempre sobrepostos aos interesses e às preocupações da justiça social» ².

¹ Cf. Manuel Braga da CRUZ, *As origens da democracia cristã e o salazarismo*. Lisboa, Ed. Presença, 1980.

² *Ibidem*, pp. 45-46.

O movimento operário católico que irá emergir no início dos anos 30, primeiro nas experiências de constituição de sindicatos católicos, e posteriormente integrado no movimento da Acção Católica, é na sua essência diferente. As reivindicações operárias assumem agora uma importância fundamental. Será em seu torno que se congregarão os «católicos sociais». Serão elas o motor da sua acção. A ideia de base deste grupo de católicos é a de que a questão social só se resolverá quando se der à classe operária «o lugar a que tem direito incontestável»³.

Os sindicatos católicos surgem assim como uma proposta para a resolução do problema operário:

«É necessário que além duma situação material desafogada e independente, conquistemos para todos os trabalhadores uma situação intelectual, política e espiritual que os eleve a um nível idêntico aos das outras classes da sociedade.

(...) é preciso que cada operário possa ter meios aptos a tornar-se um homem culto, educado, conhecedor perfeito da sua especialidade, católico consciente e membro inteligente da sociedade. Fazer do operário um homem, no pleno desenvolvimento de todas as suas faculdades, eis o programa dos sindicatos cristãos»⁴.

Tratavam-se, pois, de organizações que procuravam, dentro dos princípios da doutrina social da Igreja, defender uma maior justiça social. E esta passava em primeiro lugar, pela defesa dos interesses materiais, profissionais, espirituais e culturais da classe operária.

Ao contrário da posição assumida pelas restantes organizações sindicais, o sindicalismo católico rejeita a luta de classes. Para os católicos a questão social só será resolvida através dum entendimento entre as diferentes classes sociais, propondo para tal o estabelecimento de um regime corporativo que é apresentado como o único capaz de salvaguardar a dignidade da classe operária.

O facto de, no início dos anos 30, o movimento sindical português se encontrar profundamente enfraquecido e desacreditado constitui outro aspecto importante da questão. Este descrédito contribuiu, de

³ Abel VARZIM, «O problema operário. I.» in *Acção Católica*, ano XVII, nº 4, Abril de 1932, p. 202.

⁴ PADRE X, «Cartas de muito longe!» in *Voz dos Trabalhadores*, nº 18, 01.02.1933.

certo, para a criação do terreno propício para a difusão e aplicação prática destes princípios. Dentro e fora das associações de classe começam a surgir católicos que, animados pelo espírito do catolicismo social, vão disputar a liderança do operariado.

O caso da Covilhã é emblemático desta situação.

Na sequência de conflitos surgidos na Associação de Classe dos Operários da Indústria Têxtil da Covilhã entre operários católicos e operários socialistas e anarquistas assistimos, em 1932, à constituição de dois sindicatos católicos: o Sindicato dos Empregados e Operários da Indústria de Lanifícios e o Sindicato dos Empregados e Operários da Indústria da Construção Civil ⁵.

O grande animador destes sindicatos foi, sem dúvida, o Pe. Boaventura Alves de Almeida, cuja acção foi decisiva para o congregar dos operários católicos em torno dum programa e duma organização estranha aos sindicatos locais. Mas nesta mobilização do operariado a que assistimos na Covilhã teve também grande importância a acção de outros homens da Igreja, nomeadamente a de Manuel Rocha. Manuel Rocha, que posteriormente assumirá um importante papel no movimento operário católico, era na altura um jovem estudante que frequentava a Escola de Ciências Político-Sociais da Universidade de Lovaina. Desde a Bélgica começa a escrever, sob o pseudónimo de «Padre X», artigos em que fala do problema operário, das directrizes papais nesta matéria e em que, a par da sua vertente doutrinária, surgem incessantes apelos à união do operariado católico. Estes artigos visavam não só a consolidação do emergente sindicalismo católico na Covilhã como também a sua expansão e a criação de um forte movimento operário católico.

Podemos assim dizer que a constituição dos sindicatos católicos da Covilhã resulta em grande parte da emergência destes sectores da Igreja com fortes preocupações sociais e para quem a resolução do problema operário surge como fundamental. Não podemos no entanto menosprezar a importância que estes sindicatos tiveram não só na expansão do sindicalismo católico como também na consolidação desta corrente dentro da Igreja portuguesa.

O programa dos Sindicatos Católicos da Covilhã era bastante ambicioso, propondo-se «Defender, dentro das normas da justiça so-

⁵ Caso estudado por Fátima PATRIARCA em *Processo de implantação e lógica e dinâmica de funcionamento do corporativismo em Portugal — os primeiros anos do salazarismo*. Lisboa, ICS, 1990 (policopiado), pp. 242-253.

cial e da caridade cristã, os legítimos interesses materiais, espirituais e profissionais de todos os trabalhadores»⁶.

A vastidão do programa impunha que se estabelecessem fases para a sua concretização:

«O primeiro degrau a subir é o levantamento material do operariado.(...)»

Por isso a primeira reivindicação nossa é que o operário receba um salário suficiente para si, para a sua família, e para as despesas necessárias com a educação dos filhos. Que tenha uma habitação confortadora, onde possa viver a vida de família e onde os seus filhos possam crescer saudáveis e fortes. Que possa amealhar o pecúlio suficiente para os dias da velhice e para a continuação, pela herança deixada por morte, do nome da sua família.

A segunda exigência nossa é que ao operário seja deixado o tempo necessário para gozar da vida de família (...). Por isso lutamos pelo cumprimento rigoroso da lei das 8 horas de trabalho e esforçar-nos-emos para que uma legislação internacional consagre definitivamente a lei das 40 horas semanais de trabalho.

Terceira reclamação: que a mulher não seja ocupada em trabalhos que não sejam os da sua casa; e que as crianças não possam ser admitidas ao trabalho, antes de estarem completas a sua educação e instrução fundamentais, isto é, antes, pelo menos, dos 14 aos 15 anos completos»⁷.

A criação destes sindicatos católicos na Covilhã, animada por um mais amplo movimento social católico, parece ter constituído um estímulo para a criação de outros sindicatos católicos no início dos anos 30. As notícias do possível surgimento de outras experiências sindicais semelhantes multiplicam-se.

A actuação dos sindicatos católicos da Covilhã começa por se desenvolver em áreas geograficamente próximas. Em Março de 1933, por exemplo, levam a cabo uma acção de propaganda em Manteigas, onde, segundo as suas próprias palavras, tiveram uma calorosa recepção⁸.

Mas não se ficam por aqui. De finais de 1932 a meados de 1933 surgem notícias várias que nos dão conta da existência de

⁶ «O nosso programa» in *Voz dos Trabalhadores*, 15.05.1932.

⁷ «Cartas de muito longe» in *Voz dos Trabalhadores*, nº 19, 15.02.1933.

⁸ Cf. *Voz dos Trabalhadores*, nº 21, 15.03.33 e nº 27, 15.06.1933.

movimentações com vista a constituição de sindicatos católicos em localidades como Castelo Branco ⁹, Teixoso, Belmonte, Aldeia do Carvalho, Unhais da Serra, Tortozendo, Linhares, Valverde, Alcains, Évora, Lamego, S. Maria do Airão, Gondomar, Porto, Braga ¹⁰ e Tomar ¹¹.

No mesmo período é constituída a Associação Católica dos Operários e Artistas da Loriga presidida pelo Pe. António Mendes Cabral Lages ¹². Em Lamego surge o Sindicato Católico da Construção Civil ¹³.

Em Lisboa é criado, a 24 de Maio de 1931, um outro tipo de organismo, a União Social Católica ¹⁴, que agrupa as instituições operárias católicas daquela cidade. Nos finais de 1932, altura em que contava com cerca de 3.000 membros, envia um extenso relatório ao governo em que apresenta as suas reivindicações: jornada de trabalho de 36 horas semanais, fiscalização do cumprimento do horário de trabalho, descanso semanal ao Domingo, 15 dias de férias anuais remuneradas, proibição do trabalho a menores de 15 anos, estabelecimento do salário mínimo, etc. ... ¹⁵.

A amplitude que cedo o movimento ganha e o paralelo fortalecimento do «catolicismo social» em Portugal terão, por certo, influido na constituição, em Setembro de 1933, do Secretariado Nacional de Acção Social Católica. A constatá-lo temos o facto de o seu primeiro presidente ter sido o Pe. Boaventura de Almeida, grande animador do sindicalismo católico da zona da Covilhã.

Este organismo tinha como função primordial o fornecimento de esclarecimento necessários para a fundação de organizações com interesse para a classe trabalhadora. De certa forma a constituição deste secretariado representa a tentativa de criação de uma estrutura nacional de apoio às organizações operárias católicas existentes e de fomento à constituição de novas organizações deste tipo.

⁹ Cf. *Voz dos Trabalhadores*, n.º 22, 01.04.1933.

¹⁰ Cf. *Voz dos Trabalhadores*, n.º 25, 15.05.1933.

¹¹ Cf. *Voz dos Trabalhadores*, n.º 26, 01.06.1933.

¹² *Novidades*, 09.01.1933.

¹³ Cf. *Voz dos Trabalhadores*, n.º 20, 01.03.1933.

¹⁴ Organização que posteriormente será integrada na Liga Operária Católica com a denominação de Serviço Sanitário e Social (cf. Arquivo LOC, *Circular da Direcção do Serviço Sanitário e Social*, Fevereiro de 1938).

¹⁵ *Voz dos Trabalhadores*, n.º 15, 15.12.1932.

A sua criação deve, no entanto, ser relacionada com um outro acontecimento que irá alterar substancialmente o panorama da Igreja em Portugal: a criação da Acção Católica Portuguesa.

Novos rumos do catolicismo social e do movimento operário católico

A institucionalização do Estado Novo Corporativo marca, sem dúvida, o início de uma nova fase da vida do movimento operário católico e do catolicismo social.

São vários os pontos de «ruptura» que nos levam a falar no início de um novo período. Em primeiro lugar porque a institucionalização do Estado Novo abre uma nova fase nas relações entre a Igreja e o Estado. O novo regime é, de forma geral, bem acolhido pelas elites católicas ¹⁶ que cedo irão integrar os quadros do regime. «Salazar parecia oferecer garantias à maioria dos católicos de, pela posição e pelo ascendente no governo vir a resolver as pretensões católicas em matéria de política religiosa e em matéria de política social» ¹⁷. Não será pois de estranhar a atitude colaborante da Igreja com o novo regime.

Um segundo factor que nos leva a falar no início de uma nova fase na vida do movimento operário católico prende-se com a saída da nova legislação tendente a constituir o Estado Corporativo. Isto porque a criação dos Sindicatos Nacionais representa, de imediato, o fim do sindicalismo livre e consequentemente a desmobilização dos católicos que estavam a organizar-se sindicalmente.

Em terceiro lugar é de notar que paralelamente à emergência de um novo quadro político se assiste a uma reorganização da própria Igreja, marcada pela criação dos diferentes ramos da Acção Católica Portuguesa. Ainda que a criação da ACP deva ser integrada num movimento mais amplo do catolicismo contemporâneo ¹⁸, ela está intimamente relacionada com o momento político nacional.

¹⁶ Expressão usada por Braga da Cruz para classificar as elites «organizativas» da Igreja Católica em Portugal. Cf. Manuel Braga da CRUZ, «As elites católicas nos primórdios do salazarismo» in *Análise Social*, vol. XXVII (116-177), 1992 (2º-3º), pp. 547-574.

¹⁷ *Ibidem*, p. 549.

¹⁸ Cf. A. Matos FERREIRA, «II. La Peninsule Ibérique», in *Histoire du Christianisme*, vol. 12, *Guerres mondiales et totalitarismes (1914-1958)*, dir. de

Em 23 de Novembro de 1932, ao dar posse aos corpos dirigentes da União Nacional, Salazar afirma que o Centro Católico ia «revelar-se inconveniente para a marcha da ditadura», convidando os católicos a pôr de parte a sua militância partidária e a integrarem a «nova ordem». Esta posição marcava à partida um limite ao campo de acção da Igreja: ao propor o fim do Centro Católico, Salazar deixará bem clara a sua vontade de limitar a ingerência dos católicos, como força própria, no terreno político ¹⁹.

Paralelamente são dados os primeiros passos no seio da Igreja para a constituição do movimento da Acção Católica Portuguesa. A 16 de Novembro de 1933 são finalmente publicadas as «Bases Orgânicas da ACP» em que a A.C.P. se define como

«A união das organizações do laicado católico português que, em colaboração com o apostolado hierárquico, se propõe a difusão, a actuação e a defesa dos princípios católicos na vida individual, familiar e social» ²⁰.

Tratava-se de uma organização de carácter sócio-religioso através da qual a Igreja tentava fortalecer e unificar o movimento católico garantindo assim a sua presença e influência na sociedade portuguesa.

A institucionalização do Estado Novo e a sua recusa da pluralidade de espaços político e a paralela criação do movimento da Acção Católica não representam de imediato o fim do Centro Católico. No seio da Igreja as opiniões dividem-se. Seria o Centro Católico incompatível com a emergente Acção Católica? Deveriam os católicos abandonar as suas organizações civis e integrar os quadros do novo regime?

Apesar de nenhuma voz da Igreja dar por finda a actividade do Centro Católico, o facto é que a adesão verificada pelos católicos à União Nacional e a paralela organização do movimento da Acção Católica levam à sua inevitável dissolução.

Face à emergência de um Estado autoritário a Igreja parece estabelecer uma espécie de «pacto» com o poder que lhe garante a sua

J. M. Mayer, V. C. H. Petri, A. Vauchez e M. Vennard, Paris, Desdée-Fayard, 1990, pp. 402-450.

¹⁹ Cf. Oliveira SALAZAR, *Discursos e notas políticas (1928-1934)*. Vol. I, Coimbra, Coimbra Editora, 1961 pp.169-172.

²⁰ «Bases da Acção Católica Portuguesa - Base A» in *Boletim da Acção Católica Portuguesa*, nº 1, Maio de 1934, p. 12.

independência e simultaneamente assegura a sua presença na sociedade portuguesa.

O andar do tempo revelará, no entanto, a fragilidade deste «paceto» ou desta delimitação de esferas de acção que o regime impôs aos católicos.

Este projecto de reorganização da Igreja portuguesa começa por se reflectir na tentativa de integração do emergente catolicismo social na «nova ordem». À corrente liderada pelo Pe. Boaventura de Almeida caberá a importante tarefa de enquadrar o operariado católico no novo quadro religioso que a criação da ACP determinara.

O que importa referir neste momento é que apesar de estes sectores da Igreja abdicarem da estratégia e modelos de actuação que até aí haviam seguido no seu relacionamento com o mundo do trabalho, desde cedo expressaram as suas dúvidas quanto à tomada de uma posição de «compromisso» entre a Igreja e o emergente Estado Novo:

«A opinião de tantos católicos portugueses de que a ordem se restabelecerá com a energia de uma polícia e da Ditadura coadjuvada por instituições de beneficência para alívio das misérias maiores, é um paliativo, que não poderá nunca resolver o problema (...) só há um caminho a seguir: organizar as classes sociais. Organizar desde já os operários, porque são eles que precisam de conquistar um terreno, a que tem direito e que lhe não querem dar.»²¹

Todas estas inquietações se reflectem, logo de início, na posição que os católicos sociais irão assumir face ao emergente corporativismo português. Apesar do aparente consenso da Igreja nas expectativas com que acolhe o novo regime começamos a detectar já a existência de sectores que olham a nova ordem com bastantes reticências e cepticismo.

A primeira questão que se colocava era a de saber se a nova ordem corporativa estava em consonância com os princípios cristãos e, consequentemente, se os recém criados Sindicatos Nacionais, constituídos para enquadrar o operariado, vinham responder às expectativas dos católicos nessa matéria.

²¹ Abel VARZIM, «O Problema operário II» in *Acção Católica*, ano XVII, nº 5, Maio de 1932, p. 286.

A questão é de imediato levantada por aquele que na Igreja provavelmente mais sentiu o fim do sindicalismo livre: o Pe. Boaventura Alves de Almeida. Numa circular que envia a todas as dioceses de Portugal, enquanto director do Secretariado de Acção Social, datada de 28 de Dezembro de 1933, deixa bem claro que «Tal como foi decretada pelo Estado a organização corporativa está longe de merecer incondicional aplauso.» As razões apresentadas para esta posição prendem-se com a detecção dos pontos de discordância do corporativismo português com os ensinamentos da doutrina social católica, como seja a «coarctação da liberdade associativa»²².

É esta mesma posição que defenderá um pouco mais tarde Francisco Inácio Pereira dos Santos na tese que apresenta na Universidade Católica de Lovaina sobre a Constituição Portuguesa²³. Em primeiro lugar detecta ser o corporativismo português fortemente estatista «uma vez que os organismos corporativos estão submetidos à estreita tutela do poder central»²⁴. Apesar de os princípios consignados nos textos constitucionais e na restante legislação, parecerem haver sido directamente bebidos do corporativismo cristão, F. I. Pereira dos Santos nota que «as realizações e as disposições de detalhe nem sempre estão de acordo com o ideal que os princípios traduzem»²⁵. E aponta aspectos desse desajuste: a questão da interdição do direito de associação, a completa negação do uso do direito à greve, a excessiva tutela do Estado sobre os sindicatos nacionais, etc. No fundo diz tratar-se de um corporativismo de Estado e não de um corporativismo de associação como é proposto pelos ensinamentos da doutrina social da Igreja. Como recorda em 1976,

«Havia, de facto, muitos pontos em que as soluções do corporativismo português se afastavam da doutrina social católica que defendia o corporativismo de associação inteiramente diferente do corporativismo de Estado que infelizmente foi aquele que os nossos governantes estruturaram»²⁶.

²² «Circular» in *Boletim da Acção Católica Portuguesa*, nº 1, Maio de 1934, pp. 62-66.

²³ Francisco Inácio Pereira dos SANTOS, *Un état corporatif. La constitution sociale et politique portugaise*. Pref. de R. Georges Renard. Paris, Librairie du Recueil Sirey, 1935.

²⁴ *Ibidem*, p. 72.

²⁵ *Ibidem*, p. 72.

²⁶ In *Voz Portucalense*, 5.11.1976.

Apesar desta discordância quanto a alguns pontos doutrinários fundamentais, Boaventura Alves de Almeida deixa bem claro nas suas «Instruções» que os católicos não podem ficar indiferentes perante a organização corporativa decretada pelo Estado. Ainda que o corporativismo do Estado Novo fosse visto por alguns como contrário aos princípios do corporativismo cristão, pensa que o melhor será integrar a nova ordem e utilizá-la o melhor possível ²⁷. Neste sentido publica mesmo um *Directório Prático para uso dos organizadores de «Sindicatos» e «Casas do Povo»* ²⁸, uma pequena brochura com as instruções básicas para a constituição daqueles organismos corporativos.

Esta cautelosa defesa da participação do operariado nos organismos corporativos não impede Boaventura de Almeida de pensar numa outra forma de organização do operariado católico que se coadune com a nova realidade política e se integre no novo quadro do catolicismo. Propõe assim a mobilização dos católicos para a constituição de uma

«organização social nitidamente católica que permita uma forte formação social cristã das classes trabalhadoras e a defesa dos seus direitos e dos seus interesses» ²⁹.

Será este o princípio que irá pautar a sua actuação dentro da Acção Católica Portuguesa. Primeiro enquanto director do Secretariado de Acção Social, secretariado constituído em Novembro de 1933 para, com carácter apenas oficioso, se ocupar das bases em que devia ser feita a organização dos operários católicos e da preparação dos militantes e dirigentes para a mesma organização. Depois, na sua actividade como responsável pela redacção do jornal *O Trabalhador* ³⁰. Boaventura de Almeida encontra neste órgão da imprensa católica operária, um meio privilegiado para transmitir as suas ideias quanto ao corporativismo português e para lançar os fundamentos para a

²⁷ Cf. «Circular» in *Boletim da Acção Católica Portuguesa*, nº 1, Maio de 1934, pp. 62-66.

²⁸ *Directório Prático para uso dos organizadores de «Sindicatos» e «Casas do Povo»*. Lisboa, Tip. União Gráfica, 1933.

²⁹ *Boletim da Acção Católica Portuguesa*, nº 1, Maio de 1934, p. 63.

³⁰ Jornal fundado pela Junta Central da A.C.P. e cujo primeiro nº saíu em 1 de Maio de 1934.

constituição de um movimento católico especialmente vocacionado para os problemas operários.

Apesar do afastamento de Boaventura de Almeida dos Serviços Centrais da ACP, em 1935, o seu ideal vai encontrar continuadores em sacerdotes como Abel Varzim e Manuel Rocha que se vão empenhar de forma decisiva na causa operária. Curiosamente os principais continuadores do trabalho iniciado por Boaventura de Almeida têm em comum o facto de haverem frequentado a Universidade Católica de Lovaina. O contacto que aí estabeleceram com as figuras importantes do pensamento social da Igreja e em especial a observação que fizeram do sindicalismo católico belga, foram factores que por certo contribuíram para o seu despertar para a questão social e para a forma como em Portugal irão abordar o problema operário. Não deixavam, no entanto, de ser vistos como uma «ameaça» à ordem instituída ³¹.

O regresso deste grupo de sacerdotes a Portugal levanta-lhes a questão concreta de como actuar face ao regime. Tal como F. I. Pereira dos Santos, Manuel Rocha e Abel Varzim haviam recebido de uma forma crítica a legislação corporativa. É o próprio Manuel Rocha quem o afirma:

«Quando recebemos os cinco primeiros decretos do chamado corporativismo português, traduzimo-los aos mestres da Universidade e a minha terceira tese de doutoramento (minha oficialmente, mas, de facto, de nós ambos) dizia assim: 'L'organisation corporative que le Gouvernement Portugais vient de créer est contraire aux Encycliques Sociales et à la tradition sociale catholique'» ³².

Mas a sua preocupação com a resolução da questão operária levá-los-á a optarem por uma posição moderada em que tentam conciliar a «linha cristã progressivista» que haviam observado na Bélgica, e o corporativismo português.

A acção destes sacerdotes dentro da Acção Católica Portuguesa vai desenrolar-se essencialmente ao nível dos organismos operários

³¹ Em entrevista concedida ao jornal *Voz Portucalense* em 1976, Francisco Inácio dos Santos afirma: «Os que tínhamos feito estudos sociais em Louvain tornamo-nos suspeitos nas esferas governamentais e mesmo perante a Hierarquia. Muitos prelados consideram-nos avançados e por isso mesmo perigosos» (*Voz Portucalense*, 05.11.1976).

³² Carta de Manuel Rocha de Abril de 1980 cit. in Domingos RODRIGUES, *Abel Varzim, Apóstolo Português de Justiça Social*, Lisboa, Rei dos Livros, 1990, p. 70.

(Liga Operária Católica - LOC e Juventude Operária Católica - JOC). Em 1936 Abel Varzim é nomeado assistente geral da LOC. Manuel Rocha ocupava já então o cargo de assistente geral da JOC, dirigindo paralelamente, desde o afastamento de Boaventura de Almeida, o Secretariado Económico-Social.

O cunho que estes sacerdotes procuram incutir ao movimento operário católico transcende em muito o campo meramente religioso. A sua preocupação com a elevação da classe operária, levam-nos a reivindicar não só a sua elevação moral e espiritual, como também a melhoria das suas condições de vida:

«Queremos conquistar para o operário condições de vida material, social e moral que estejam em conformidade com o seu sublime destino de Filhos de Deus. Queremos dignificar a família, pondo-a, na hierarquia dos valores, acima da fábrica.

Numa palavra, queremos reconstruir a pirâmide social que, por estar desalinhada, ameaça ruir estrondosamente.(...)»³³.

A ideia de que «é impossível falar de Deus a pessoas com o estômago vazio» surgirá como uma constante na sua actuação.

O carisma pessoal que cedo Abel Varzim ganha e o enunciar dos princípios orientadores da LOC, são factores que contribuem de forma decisiva para que progressivamente a LOC conquiste um importante papel de congregadora do operariado católico. Utiliza os mais diversos meios de penetração no mundo operário que vão desde a realização de reuniões semanais a nível local, palestras, conferências e acções várias de propaganda. Mas terá sido sobretudo através do jornal *O Trabalhador* que o movimento operário católico se expandiu. *O Trabalhador* assume-se como «estandarte» da causa operária.

Se a figura e a acção de Abel Varzim foram fundamentais em toda a dinâmica do movimento operariado católico, não podemos deixar de notar que à sua volta começam a surgir elementos na sua maioria provenientes do mundo operário e sem os quais muito do trabalho realizado não teria sido possível.

A ordem de comando nos primeiros anos do movimento será a de penetração na estrutura corporativa recém criada. A entrada de elementos católicos nos organismos corporativos, nomeadamente nos Sindicatos Nacionais, é vista antes de mais como uma via para a cris-

³³ «O nosso 2º aniversário» in *O Trabalhador*, nº 49, 1.5.1936.

tianização do corporativismo português e, consequentemente uma via para a resolução dos problemas operários. Mas ela é mais do que isso. De facto, a presença activa de elementos católicos na estrutura corporativa representa também uma forma de se contornar alguns dos problemas levantados com a «interdição» dos católicos a áreas que o Regime considerava fora da sua esfera de competências. Era pois uma forma alternativa de transpor os limites que o Estado Novo impusera ao movimento operário católico, uma tentativa de conseguir que as suas reivindicações fossem ouvidas.

Os apelos à sindicalização são constantes. Nas páginas de *O Trabalhador* os artigos sobre a questão sindical multiplicam-se. Procuram fazer ver que a voz do operário isolado nunca será ouvida. Falam da necessidade de todo o operário estar inscrito no seu sindicato, nas vantagens da sindicalização, no papel dos sindicatos ³⁴ na defesa dos interesses e reivindicações operárias, etc. Paralelamente o mesmo tema é abordado em acções de propaganda, cursos, etc. Trata-se de uma campanha global, de uma linha estratégica defendida em várias frentes. Mesmo nas reuniões da LOC o assunto é longamente debatido ³⁵. De várias dioceses chegam pedidos para que sejam dadas instruções sobre a orientação a seguir perante a organização corporativa.

Mas a acção da LOC no mundo operário não se fica pelos apelos à adesão dos católicos aos Sindicatos Nacionais. Ela é bastante mais ampla e profunda, assumindo diferentes formas e utilizando diversos canais.

Antes de mais essa acção tem uma forte componente prática, de intervenção no terreno. Verificamos, de facto, existir uma forte relação entre a LOC e a fábrica, isto é, um contacto directo do movimento com os problemas concretos com que se debatia o operariado no seu mundo de trabalho e no seu quotidiano. São frequentes os casos de operários que procuram a LOC, que lhe expõem os seus problemas e dúvidas.

³⁴ A título de exemplo ver «União faz a força» in *O Trabalhador*, nº 36, 15.10.1935.

³⁵ Como simples referência podemos citar a reunião do Conselho Geral da LOC decorrida nos dias 2, 3 e 4 de Março de 1937 onde Francisco Inácio Pereira dos SANTOS aborda o tema: «A organização sindical portuguesa. Dever que se impõe aos associados, colaborarem com ela dedicadamente» (Arquivo LOC, «Programa do Conselho Geral da LOC», 2, 3 e 4 de Abril de 1937).

Uma das formas de intervenção a que frequentemente a LOC recorreu foi, sem dúvida, a sua imprensa. Nas páginas do *O Trabalhador* multiplicam-se os relatos de casos passados nas fábricas, denúncias de transgressões à lei, de abusos praticados pelos patrões, de irregularidades várias, etc. A publicação deste tipo de artigos parece ter uma função múltipla. Antes de mais constituem uma forma de fazer sentir aos operários que não estão sozinhos na sua luta. Depois são uma forma não só de tentar informar a opinião pública como de chamar a atenção das autoridades competentes para os problemas concretos vividos nas fábricas. Neste tipo de artigos, muitas vezes publicados numa coluna chamada «Reclamações», encontramos também uma vontade clara de tentar consciencializar quer patrões quer operários, para as suas obrigações, deveres e direitos. Ao denunciar comportamentos menos correctos por parte dos patrões *O Trabalhador* tentava provocar neles um alerta para o sofrimento operário. Não se tratava de uma hostilização directa à classe patronal, tanto mais que rejeitavam por completo a luta de classes. O que procuravam era cristianizar todas as classes sociais, tanto mais que quando os problemas detectados se deviam a falhas por parte do operariado *O Trabalhador* não se inibia de as denunciar.

Também nos Sindicatos Nacionais procurou a LOC marcar uma posição. Inicialmente a sua estratégia consistia na colocação de elementos operários católicos nos lugares de dirigentes sindicais. A direcção do Sindicato da Carris de Lisboa foi, durante algum tempo, controlada por elementos locistas. Mas a influência da LOC nos sindicatos parece não se ter circunscrito a este sindicato pois são várias as direcções regionais da LOC que se queixam que a acumulação de cargos de dirigentes locistas com os de dirigentes sindicais representava um entrave à expansão do movimento ³⁶.

Um outro canal frequentemente utilizado pela LOC, sobretudo nestes primeiros anos do movimento, foi o estabelecimento de contactos directos com os organismos corporativos, nomeadamente com os delegados do INTP. Nestes frequentes contactos os elementos da LOC assumem um papel de intermediários senão mesmo de força de pressão entre os operários e os delegados do INTP.

³⁶ O estado actual da nossa investigação não nos permite ainda detectar quais os outros sindicatos em que os locistas estão presentes e têm alguma força. Em futuros trabalhos esperamos poder avançar mais dados a este respeito.

O estado actual da nossa investigação não nos permite ainda avaliar o real impacto da intervenção da LOC a nível dos sindicatos nacionais, do INTP e do movimento operário em geral. O que sim podemos constatar é que apesar de todo o seu empenhamento na prática de uma maior justiça social e na resolução dos problemas da classe operária, o seu esforço não encontrou uma resposta satisfatória. Os entraves encontrados foram muitos, sobretudo por parte de alguns «maus patrões».

Por outro lado os organismos corporativos e o INTP começavam a dar os primeiros sinais da sua inoperância, deixando sem resposta muitas das questões e dos problemas a eles levados quer por conviência com o patronato quer por falta de meios para actuar.

De facto, apesar de toda a sua actividade, a situação do operariado pouco melhorara. A legislação corporativa, em que haviam depositado grandes esperanças, parecia não passar de letra morta: o descanso dominical não é na maior parte dos casos respeitado; detectam frequentes infracções aos horários de trabalho; os salários mínimos raramente são respeitados, etc. Poderíamos multiplicar os exemplos de situações denunciadas pela LOC e para as quais o INTP parece não ter resposta ou capacidade de intervenção. O que importa referir é que se inicialmente os locistas se resignavam com as imperfeições do sistema, as flagrantes situações de injustiça e de infracção à lei não punidas fazem surgir os primeiros sinais de desânimo no movimento.

Apesar de tudo isto os apelos à união dos operários em torno dos sindicatos continuam ³⁷. Os mais determinados parecem continuar a acreditar na viabilidade do projecto corporativo.

Mas paralelamente a estes apelos vemos que, progressivamente e de forma discreta, um novo tipo de «estratégia» se começa a definir no seio do movimento operário católico. Sobretudo a partir de 1937 iremos assistir a um cada vez mais incessante apelo à união dos operários em torno da LOC e da JOC. A cada passo é lembrado o programa social da Igreja:

«A Igreja quer com efeito conquistar para o operário:

- 1º - Um salário familiar. 2º - Um lar confortável. 3º - Possibilidade de juntar um pecúlio. 4º - Defesa contra acidentes no trabalho.
- 5º - Higiene no trabalho. 6º - Pensões para as viúvas e filhos dos

³⁷ Cf. ver por ex. «O sindicato nacional» in *O Trabalhador*, nº 68, 15.02.1937.

operários. 7º - Reforma aos 60 ou 65 anos. 8º - Instrução e educação para a classe operária. 9º - Horário de trabalho cumprido. 10º - Férias anuais pagas. 11º - Subsídio na doença. 12º - Muitas outras regalias para as mulheres e filhos dos trabalhadores, que seria demasiado longo enumerar»³⁸.

O programa social da Igreja surge, cada vez mais, como o único capaz de satisfazer as reivindicações operárias.

O primeiro impasse

Este crescente acumular de problemas, os constantes entraves que a cada passo à acção da LOC encontrava e, na realidade, a constatação do mau funcionamento do sistema corporativo são alguns dos factores que conduzem a um clima de impasse e de ameaça de ruptura entre o movimento operário católico e o corporativismo. De Março a Setembro de 1938 os sinais de tensão são evidentes.

O sinal de que algo se passa vem da própria Direcção Geral da LOC. No seu relatório de 22 de Março de 1938³⁹, é já evidente o descrédito em que caíra a organização corporativa. O principal problema levantado pela LOC é a constatação de que a organização sindical decretada pelo Estado «não consegue realizar as aspirações operárias». As responsabilidades deste estado de coisas recaem, em primeiro lugar, sobre a classe patronal que, na perspectiva da LOC, oferece uma forte resistência à acção dos sindicatos. Desde o início do movimento os locistas se vinham queixando deste problema. O que há de novo é o facto de nesta denúncia estar implícita uma crítica ao Regime e à organização sindical. Apesar das esperanças que inicialmente havia depositado na organização corporativa, o movimento operário católico começa a constatar a falta de força e de poder do Estado para vencer essa má vontade e resistência patronal e para defender os reais interesses dos operários.

Como reacção aos fracos resultados da acção sindical, a Direcção Geral aponta para a necessidade de fortalecimento do movimento locista. Na linha da tendência que desde 1937 se começara a delinear, a LOC parece assumir-se cada vez mais como um baluarte de defesa

³⁸ Manuel AMARAL, «A acção da Igreja» in *O Trabalhador*, nº 69, 01.03.1937.

³⁹ Arquivo LOC, «Relatório da Direcção Geral da LOC», 22 de Março de 1938.

dos interesses e aspirações operárias, em alternativa aos Sindicatos Nacionais.

Quem parece não desistir é Abel Varzim. Esgotadas todas as vias de intervenção, Abel Varzim recorre então directamente ao Presidente do Conselho, dando-lhe conta deste estado de coisas:

«(...) A situação tem-se agravado. Os trabalhadores que acreditam no Estado Novo vão rareando. Se V. Ex.^a não olha a sério para eles, desmoronar-se-á o fraco edifício corporativo já levantado. (...) Cometem, à sombra do Estado Novo, abusos sem nome por esse país fora, há milhares de operários a passar fome, cinicamente roubados nos seus salários mínimos. Tendo tirado aos operários os meios de defesa que tinham, não há direito que os abandonem sem amparo prático à avidez de muitos miseráveis patrões»⁴⁰.

É a falta de sentido social dos patrões, a pouca força dos organismos corporativos e a consequente permissão de sucessivas arbitrariedades que chocam Abel Varzim. O sistema corporativo português parece não funcionar. O operariado encontra-se completamente desamparado.

Cabe então perguntar se será legítimo continuar a colaborar com este sistema. O próprio Abel Varzim parece invadido das maiores dúvidas. A inoperância do INTP parece cada vez mais evidente. Na carta que em Agosto desse ano escreve a Oliveira Salazar refere a título de exemplo a situação dos operários de uma fábrica do Norte que apesar das suas precárias condições salariais

«nem sequer podem defender-se por intermédio do Sindicato, se não são logo despedidos como aconteceu agora ao próprio presidente do Sindicato, um dos melhores elementos do Norte»⁴¹.

Abel Varzim interroga-se pois se será legítimo continuar a sua acção junto dos sindicatos e continuar a defender a sindicalização dos operários: «Confesso que de há um tempo a esta parte estou convencido de que ando a enganar os operários e custa-me muito enganá-los. (...) Com situações assim custa muito colaborar».

⁴⁰ Carta de Abel Varzim a Oliveira Salazar datada de 24 de Julho de 1938 cit. in *Diário de Notícias*, 20.08.1974.

⁴¹ Carta de Abel Varzim a Oliveira Salazar datada de 8 de Agosto de 1938 cit. in *Diário de Notícias*, 20.08.1974.

Parece ser grande a tensão neste verão de 1938. Abel Varzim acabara de confessar a Oliveira Salazar a sua descrença no funcionamento do sistema corporativo português. Os Sindicatos Nacionais parecem não cumprir a missão para que foram criados. A acção do INTP é extremamente limitada. Os operários estão sujeitos às arbitrariedades dos patrões. É claro que toda esta situação está longe de corresponder às expectativas de Abel Varzim e dos locistas que lutam pela dignificação do trabalhador, pela aplicação dos princípios da Doutrina Social da Igreja e por uma maior justiça social.

O balanço de toda esta situação surge finalmente nas páginas do *O Trabalhador*. Numa análise tranquila mas crítica Abel Varzim procura detectar as raízes do mal de que enfermam os sindicatos. Constata que o seu principal problema é de ordem interna, isto é, que o maior entrave à sua acção vem da falta de preparação dos dirigentes sindicais nos quais parece evidente a falta do «espírito corporativo»⁴². A esta questão junta a já tão denunciada «guerra aberta que lhes estão fazendo muitos patrões». Apesar de se aperceber da complexidade do problema Abel Varzim não o considera insuperável. A grande questão é que as raízes deste mal se encontram no próprio regime, na negligência revelada com a preparação dos dirigentes sindicais, na sua «benevolência» para com a classe patronal, na fraca protecção que oferece ao operariado. «Cruzarão os braços as Autoridades Corporativas? Deixará correr este estado de coisas o Governo?»⁴³

Este impasse, que ameaça abalar as relações entre católicos sociais e o regime, é resolvido ainda no final desse verão de 1938, quando Oliveira Salazar convida Abel Varzim para integrar as listas de deputados à Assembleia Nacional.

Para os locistas a entrada de Abel Varzim para a Assembleia Nacional significava em primeiro lugar a «legitimação» e valorização do seu papel. Representa um acto de confiança. E, por outro lado, a presença de Abel Varzim na Assembleia alargava consideravelmente a sua capacidade interventora. Surgia assim uma nova frente de batalha que reforçaria a acção desenvolvida pela LOC e pelo *O Trabalhador*.

⁴² Abel VARZIM, «Em defesa dos Sindicatos» in *O Trabalhador*, nº 106, 15.09.1938.

⁴³ *Ibidem*.

A carta em que Abel Varzim comunica ao Presidente do Conselho a aceitação do cargo que lhe fora proposto é reveladora das suas expectativas. Abel Varzim acredita de facto que a sua presença na Assembleia Nacional lhe permitirá defender mais eficazmente a classe operária e contribuir de forma decisiva para a resolução dos seus problemas ⁴⁴. A realidade demonstrará, no entanto, serem infundadas essas expectativas.

Como seria de esperar, à primeira oportunidade, Abel Varzim leva à Assembleia Nacional a questão dos Sindicatos Nacionais. A 16 de Janeiro de 1939 anuncia o seu aviso-prévio sobre a organização sindical corporativa em que fala das razões da necessidade de debater o problema. Um mês depois, ao apresentar o seu aviso prévio, traça um quadro quase dramático da situação:

«os sindicatos nacionais não têm podido realizar os seus fins, não têm defendido os interesses profissionais dos operários e não têm realizado, conseqüentemente, o equilíbrio social para que foram criados. (...) os sindicatos nacionais não defendendo os interesses dos seus associados, estão a caminhar para completa ruína ou para inegável agitação social» ⁴⁵.

Esta era a situação que de há muito Abel Varzim e outros locistas vinham denunciando em diversos locais. Urgia pois dar uma resposta a este problema e tornar eficaz a acção dos Sindicatos Nacionais e dos restantes organismos corporativos. A seu ver a resolução do problema passa em primeiro lugar pela «cooperação corporativa de patrões e operários», isto é, pelo fomento de uma consciência corporativa que permita o entendimento e cooperação interclassista. Em segundo lugar aponta para a necessidade de transformar o INTP num instrumento mais eficaz (medida que, em seu entender, se poderá concretizar através da sua desburocratização, pelo aumento das verbas disponíveis para o exercício da fiscalização e aumento do nº de delegados); finalmente fala na necessidade de

⁴⁴ Juntamente com a sua resposta de aceitação do cargo de deputado à Assembleia Nacional, Abel Varzim envia uma carta que recebera do delegado do INTP do Porto — Cerveira Pinto — em que se relata um caso passado com um operário de Vila do Conde e que aquele organismo corporativo se revela incapaz de solucionar. cf. ANTT/ AOS/CO/PO-17, pt4, 35ª sub.

⁴⁵ *Diário das Sessões*, II Legislatura, nº 39, 17.02.1939.

«rever a legislação que regulamenta os sindicatos nacionais. Desde que eles possam estar em juízo para defender os seus operários, desde que possam, em nome dos operários, tratar com os patrões em pé de igualdade, nessa altura desaparecerão quâsi todas as razões de queixa»⁴⁶.

As reacções a este discurso de Abel Varzim parecem não ter sido as melhores. Para muitos era escandaloso que um representante da Igreja abordasse este assunto na Assembleia Nacional e o fizesse em tais termos⁴⁷.

Paralelamente a este discurso, que de certa forma revela ainda alguma fé no futuro da organização corporativa, começam a surgir no interior da Igreja outras vozes bastante mais radicais e críticas em relação ao Regime. Joaquim Alves Correia está já bastante distante da posição de «tolerância» de Abel Varzim, aconselhando a ACP a que não ponha «o selo da autoridade sobre as tentativas e manobras do Estado»⁴⁸. A sua descrença é visível:

«O proletariado vê classes ricas falarem-lhe hoje muito de corporização; convidarem-no a depor as armas associativas e sindicais, com que ele se armara, a ver se não o calcavam tão impunemente; querem hipnotizá-lo com a miragem do Estado-Providência, de pai, que se encarregará ele próprio de organizar os trabalhadores para o bem-estar. (...) Os pobres desconfiam de tanta generosidade»⁴⁹.

O facto é que, apesar de todos os problemas surgidos, a LOC parece não ter perdido o seu vigor. O desejo de acção parece mesmo invadir o movimento:

«(...) a Liga não pode, nem quer dar-se por satisfeita, com a simples fixação nas leis, de aspirações de justiça, que amanhã podem

⁴⁶ *Ibidem*.

⁴⁷ Em carta a D. Manuel Trindade Salgueiro, datada de 28 de Abril de 1947, Abel Varzim relatará o sucedido nestes termos: «Quando no primeiro ano em que estive na Assembleia Nacional tive a triste ideia de um dia anunciar um aviso prévio sobre os Sindicatos Nacionais fui avisado, no dia seguinte pelo Costa Brochado, de que nessa noite tinha sido dado aniquilar-me, porque se não poderia consentir que um padre tratasse desses assuntos.» In *Educação e Trabalho*, nº 15, p. 47.

⁴⁸ Joaquim Alves CORREIA, *Vida mais alta*, Lisboa, 1941, p. 124.

⁴⁹ *Ibidem*, pp. 120-121.

parecer vagas promessas. Faz justiça à boa vontade dos legisladores e avalia bem o valor da conquista. Mas ela pede que se saia do campo da legislação para se entrar no terreno dos factos»⁵⁰.

Há a clara percepção da distância que vai das intenções legislativas à prática corporativa⁵¹ e é esta percepção que parece animar a sua vontade de intervenção.

Esta vontade de intervenção faz com que seja este o período das grandes reivindicações do movimento operário católico: batem-se pelo estabelecimento e cumprimento do horário de trabalho, defendem o descanso semanal dominical, reivindicam férias pagas para todos os operários, defendem o direito da mulher operária a um subsídio de maternidade, exigem melhores condições de trabalho, melhor assistência médica, etc. A questão salarial será, no entanto, a sua maior preocupação.

Além de constituir um dos pontos do Programa Social Católico, a reivindicação do estabelecimento do salário familiar explica-se também pela conjuntura vivida. Os efeitos da guerra começam a fazer-se sentir, agravando assim as já precárias condições de vida do operariado português. Os delegados regionais da LOC aos Conselhos Gerais não se cansam de apontar para a precariedade da situação económica do operariado que se via a braços com o aumento do custo de vida, o problema do desemprego e um baixo nível salarial.

A gravidade da situação, em conjugação com a sua grande vontade de intervenção, leva a que a LOC, na reunião do seu Conselho Geral de Março de 1941, apresente a seguinte proposta à sua Direcção Geral:

«O Conselho Geral, estudada a situação aflitiva em que se encontra uma grande parte do operariado, comete à Direcção Geral o encargo de, em nome do Conselho Geral, enviar ao Chefe do Governo uma mensagem pedindo a Sua Excelência uma maior atenção para o problema social que se vai agravando dia a dia. Pede sobretudo que sejam estudados e posto em execução os ensinamentos das Encíclicas sobre o salário familiar»⁵².

⁵⁰ In *O Trabalhador*, nº 165, 5.3.1941.

⁵¹ Esta distância está bem patente em denúncias como esta: «Os Sindicatos Nacionais foram feitos para defender os operários. Ora há tantos que nada têm feito neste capítulo». In *O Trabalhador*, nº 116, 15.02.1939.

⁵² Moção nº 5 aprovada na reunião do Conselho Geral da LOC de 8 de Março de 1941. Arq. LOC, Conselho Geral Ordinário da LOC, acta nº5, 8.3.1941.

Esta moção parece ter tido um bom acolhimento em certos sectores da Igreja. A. de Sousa Gomes considera a proposta legítima e necessária ⁵³. Não foi, no entanto, aceite pela Junta Central da ACP que a considera «improffica no momento presente» ⁵⁴.

Mas a LOC parece não desistir. A resposta negativa que obteve não impede que, um ano depois, na reunião do Conselho Geral de Março de 1942, volte a aprovar uma moção em que

«comete à Direcção Geral o encargo de entregar ao Chefe do Governo, em nome dos operários católicos portugueses, uma representação pedindo o estabelecimento do salário familiar» ⁵⁵.

Esta nova proposta é levada à Direcção Geral da LOC num momento em que é grande a agitação social e em que se sente igualmente o descontentamento dos próprios Sindicatos Nacionais. Muitos dos problemas que a LOC vinha, ao longo destes anos, denunciando são expostos na «Mensagem dos Sindicatos ao Presidente do Conselho» de 20 de Abril de 1942 ⁵⁶. É neste contexto mais amplo que teremos de entender a iniciativa da LOC.

A moção aprovada no Conselho Geral da LOC parece ter tido bom acolhimento junto da sua Direcção Geral. De facto, fazendo eco do pedido do Conselho Geral, a Direcção Geral da LOC envia, a 15 de Maio, uma exposição em que apresenta as razões da necessidade do estabelecimento do salário familiar, isto é, a criação de subsídios que permitam aos chefes de família fazerem frente aos encargos do seu agregado familiar.

Dias depois ela é no entanto devolvida, com a seguinte explicação:

«não é possível ao Governo aceitar aquela referida exposição. Na verdade só aos Sindicatos Nacionais é reconhecida pela Organização Corporativa a faculdade de defenderem os interesses dos trabalhadores, não sendo a Liga Operária Católica considerada como entidade a quem incumba defender interesses profissionais.

⁵³ A. de Sousa GOMES, «Aspirações justas» in *Novidades*, 25.06.1941.

⁵⁴ Arq. LOC, Carta da Direcção Geral da LOC ao Serviço Sanitário e Social, 07.19.07.1941.

⁵⁵ Arq. LOC, Conselho Geral Ordinário da LOC, acta nº 6, 8-9.3.1942.

⁵⁶ Sobre este assunto consultar Fernando ROSAS, *Portugal entre a paz e a guerra*. Lisboa, Ed. Estampa, 1990, pp. 359 e ss. e ainda Fátima Patriarca, *Ob. Cit.*, pp. 302-308.

A acção da Liga merece todo o aplauso quando se limite aos fins que estão indicados à Acção Católica; mas não é possível ao Governo reconhecer-lhe a acção que está reservada à Organização Corporativa»⁵⁷.

A posição defendida nesta carta é claramente desprestigiante para a LOC. É olhada como uma organização sem direito de intervenção na defesa dos interesses profissionais do operariado. Apesar de todas as suas propostas, da sua enorme ânsia de intervenção, é agora remetida para um limitado campo de acção. A resposta fora bem clara: à LOC não era reconhecido o direito de intervir em defesa dos interesses profissionais por não ser esta a sua área de acção.

Em busca de uma nova estratégia

O episódio acima referido foi apenas um dos factores que terão contribuído para o estado de desânimo invade o movimento operário católico. Aos poucos sente-se que a sua crença no regime corporativo e na sua contribuição para a resolução da questão social, ou pelo menos para aliviar a condição do operariado, desvanece.

O balanço final deste agitado período, em que a LOC conseguira mesmo ter uma voz na Assembleia Nacional, é claramente negativo.

A proposta corporativa parecia impraticável, acorrentada que estava a um conjunto de vícios e contradições.

A resistência patronal não conseguira ser superada; o espírito corporativo não conseguira mesmo converter alguns patrões que se reclamavam do catolicismo. A ineficácia do INTP, com quem a LOC colaborara intensamente, era cada vez mais evidente. O próprio operariado se mostrava hostil à obra corporativa. Para a LOC o mal do problema estava na sua raiz: o regime não conseguira incutir o espírito corporativo nas diferentes classes sociais.

É pois o momento de fazer um balanço e delinear estratégias de acção. Valeria a pena continuar a defender e colaborar com a organização corporativa? Quais os resultados práticos da colaboração até aí desenvolvida? Fora ela benéfica para o operariado e para o próprio movimento locista?

⁵⁷ Carta assinada pelo secretário do Presidente do Conselho e datada de 20 de Maio de 1942 cit. in Domingos RODRIGUES, *Ob. Cit.*, p. 146.

A questão é levantada na reunião do Conselho Geral Ordinário da LOC de Março de 1943, pelo delegado do Porto, Benjamim Augusto Monteiro.

Benjamim Monteiro constata que a «ordem» dada para que os locistas aderissem à organização corporativa fora cumprida, havendo numerosos casos de dirigentes locistas que acumulam simultaneamente o cargo de dirigentes sindicais. Mas ter-se-ia revelado vantajosa esta colaboração? Benjamim Monteiro só consegue encontrar nela desvantagens. A acumulação de cargos de dirigente locista e sindical provoca, a seu ver, um duplo mal: por um lado é um entrave ao desenvolvimento da LOC e por outro exerce um efeito negativo sobre a massa operária. Este efeito negativo deve-se em primeiro lugar «à pouca eficiência da acção dos Sindicatos» e depois à identificação que os operários tendem a fazer entre as duas organizações⁵⁸.

A este problema Abel Varzim junta o da crescente limitação do campo de acção da LOC, isto é, o facto de a cada passo sentir que as autoridades não reconhecem o seu direito de intervenção em questões que transcendam o campo meramente religioso ou assistencial.

Do desenrolar deste debate e troca de impressões resulta a definição de uma nova linha «estratégica» que a partir desta data deverá pautar a acção do Movimento. A importância dada à intervenção e à acção, continua a ser enorme. O que distingue a nova estratégia é a sua posição de distanciamento face ao regime corporativo:

«A nossa organização não pode ligar-se à sorte de qualquer regime político. Nós temos só que defender uma doutrina: a doutrina da Igreja. É firmados nessa doutrina que devemos agir modificando o ambiente»⁵⁹.

Depois de todos estes anos de luta e de tentativa de cristianização do regime corporativa a partir do seu interior, a descrença no sistema parece instalada. A voz de comando decreta então o abandono dos Sindicatos⁶⁰. A nova estratégia delineada pelo movimento operário

⁵⁸ Arquivo LOC, Acta do Conselho Geral Ordinário da LOC, acta nº 7, 14 de Março de 1943.

⁵⁹ *Ibidem*.

⁶⁰ O Relatório da Direcção Geral da LOC de 31 de Outubro de 1943 dá conta desta decisão afirmando ainda que em Outubro esta resolução já se havia posto em prática em sindicatos como o da carris, que «foi privado dos locistas que o dirigiam». Cf. Arquivo LOC, Relatório da Direcção Geral da LOC de 31 de Outubro de 1943.

católico é a de um fortalecimento interno e de estabelecimento de um plano de acção próprio e estranho aos Sindicatos Nacionais.

A reunião do Conselho Geral da LOC de Março de 1943 marca assim o fim de uma fase das relações entre o movimento operário católico e o Estado Novo Corporativo.

Abre-se então uma nova fase, sem dúvida bastante conturbada, em que iremos assistir a uma radicalização das posições destes sectores da Igreja que parecem cada vez mais distantes do Estado Novo Corporativo. Na conjuntura do fim da guerra, os católicos sociais irão expressar o seu inconformismo procurando novas formas de intervenção e de participação na resolução da questão social.